



Diário Oficial

Governo assina decreto para regularização fundiária das terras públicas do Estado

A governadora do Estado assinou o Decreto 2.135/2010, que regulamenta a Lei 7.289/2009 e o Decreto-Lei Estadual 57/1969, para tratar da regularização fundiária nas terras públicas pertencentes

ao Estado. O decreto estabelece o procedimento que deverá ser obedecido para alienação onerosa de terras públicas estaduais. O decreto veda a regularização fundiária à pessoa jurídica quando

qualquer de seus sócios já tenha sido beneficiário de regularização fundiária realizada nos termos da Lei Estadual 7.289/2009, exceto se adquiriu mediante concorrência. **(Cad. 1 - Pág. 5)**

Resultado de concursos

A SEAD divulga o resultado provisório da avaliação de títulos dos candidatos aos cargos de nível superior e também o resultado final preliminar, após critério de desempate, para os cargos de nível fundamental do concurso aos cargos de nível superior e fundamental da SEDUC. A SEAD também convoca os candidatos aprovados na prova objetiva do concurso da SESPA para entrega de documentos, de 15 a 19 de março de 2010, para desempate do certame. **(Cad. 2 - Pág. 2)**

Tratamento tributário

Através da Resolução 001/2010, editada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, fica diferido o pagamento do ICMS incidente nas operações internas com insumos destinados ao processo produtivo da empresa Siderúrgica Norte Brasil S/A - SINOBRÁS. **(Cad. 3 - Pág. 12)**

Embarcações credenciadas

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) divulga a relação das embarcações pesqueiras credenciadas a adquirir as respectivas cotas de óleo diesel destinadas a consumo próprio com isenção de ICMS, das distribuidoras de combustíveis, também credenciadas. **(Cad. 3 - Pág. 15)**

Licença para explorar minério

O Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), por meio da Resolução 82/2010, aprova a concessão de Licença Prévia, referente ao empreendimento da empresa Serra Pelada - Companhia de Desenvolvimento Mineral (SPCDM), que propõe a exploração de ouro, platina e paládio no Distrito de Serra Pelada, situada no município de Curionópolis. **(Cad. 4 - Pág. 2)**

Projetos científicos

A FAPESPA divulga extratos de instrumentos de concessão de apoio financeiro a projetos de natureza científica, tecnológica ou de inovação referentes ao edital chamada 001/2009 - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - Universidade Federal do Oeste do Pará. **(Cad. 3 - Pág. 13)**

Segurança pública

Resolução 147/2010, emitida pelo Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) cria a Comissão Executiva encarregada de escolher a proposta do Estado do Pará no processo de definição do espaço político a ser ocupado pelo Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). **(Cad. 4 - Pág. 3)**

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CXXV)

O governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata sancionou a Lei nº. 1.499, de 21 de agosto de 1957, que dispunha sobre a extinção e reorganização de Departamentos e alterações no Quadro do Funcionalismo do Estado.

A lei extinguiu os Departamentos de Pessoal e do Material, e restabelecia o Departamento do Serviço Público (DSP), criado pelo Decreto nº. 3.594, de 28 de outubro de 1940, o qual seria constituído de três Divisões: Divisão de Organização e Orçamento (DOO); Divisão de Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento (DP); e Divisão do Material (DM). Também ficariam extintos no Quadro do Funcionalismo do Estado, os cargos, em comissão, de Diretor, lotados nos Departamentos de Pessoal e do Material e Ajudante de Tesoureiro, lotado no Departamento do Material.

A lei também criava no quadro do funcionalismo, 03 cargos isolados de provimento em comissão de Diretor, lotados nas Divisões de Organização e Orçamento, de Pessoal e Material, com vencimento mensal de Cr\$ 10.000,00.